

DOSSIÊ

**OS 50 ANOS
DO MESTRADO EM
SOCIOLOGIA E POLÍTICA
DA UFRGS: A OUSADIA
E COMPETÊNCIA
ESTRATÉGICA DO SEU
FUNDADOR[◇]**

*THE 50TH ANNIVERSARY OF THE
GRADUATE PROGRAM IN SOCIOLOGY
AND POLITICS AT UFRGS:
THE BOLDNESS AND STRATEGIC
COMPETENCE OF ITS FOUNDER*

Helgio Trindade* 

[◇] *In memoriam do Prof. Francisco Ferraz*

* *Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.
helgiohtrindade@gmail.com*

RESUMO

A coincidência entre o falecimento do reitor Francisco Luiz dos Santos Ferraz e o cinquentenário de fundação do Programa de Mestrado em Sociologia e Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) merece reflexão. Essa justaposição quase “astral” não é apenas casual, mas reveladora de um reencontro entre dois ciclos cronológicos entre o passado e o presente. Há cinco décadas o Prof. Ferraz começava a trilhar o percurso de um futuro *scholar* no universo da academia, com autêntica vocação para a *Political Science*, ao buscar sua formação pós-graduada em uma das mais prestigiosas instituições americanas: a Princeton University. Este artigo tem como objetivo resgatar a trajetória do acadêmico e administrador e, ao mesmo tempo, traçar em grandes linhas o desenvolvimento do ensino e da pesquisa da Ciência Política na UFRGS em nível de pós-graduação.

Palavras-chave: Ciência Política; Francisco Ferraz; PPGCP-UFRGS.

ABSTRACT

The coincidence between the passing of UFRGS's former dean Francisco Luiz dos Santos Ferraz and the 50th anniversary of the university's Master's Degree Program in Sociology and Politics deserves reflection. This quasi-'astral' conjunction is not only coincidental, but indicative of an encounter between two chronological cycles between past and present. Five decades ago Prof. Ferraz started his path as a future scholar in the academic world, with a true calling for Political Science, by doing his graduate studies in one of the most prestigious American institutions: Princeton University. This article aims to retrace this university manager's academic path and at the same time outline the teaching and research of Political Science at UFRGS's graduate level.

Keywords: *Political Science; Francisco Ferraz; PPGCP-UFRGS.*

FRANCISCO FERRAZ – CIENTISTA POLÍTICO

A coincidência entre o falecimento do reitor Francisco Luiz dos Santos Ferraz, em 21 de outubro de 2023, e a comemoração do cinquentenário de fundação do Programa de Mestrado em Sociologia e Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1973, merece reflexão. Essa justaposição quase “astral” não é apenas casual, mas reveladora de um reencontro entre dois ciclos cronológicos entre o passado e o presente. Há cinco décadas atrás o Prof. Ferraz começava a trilhar o percurso de um futuro *scholar*, no universo da academia, com autêntica vocação para a *Political Science*, ao buscar sua formação pós-graduada em uma das mais prestigiosas instituições americanas: a Princeton University. Em seu retorno ao Brasil, em 1970, tendo já concluído todos os créditos e com o título de Mestre em Ciência Política, após a tentativa frustrada do Departamento de Ciências Sociais de bloquear sua entrada como professor da UFRGS, desempenhará sua primeira competente e desafiante tarefa acadêmico-institucional: construir o *Programa de Mestrado em Sociologia e Ciência Política*.

Essa “meta utópica” – acalentada desde 1966 pelo Prof. Leônidas Xausa, catedrático de Ciência Política, e por um grupo de estudantes universitários, empolgados pela nova disciplina das Ciências Sociais e que aspiravam realizar doutoramento na França ou nos Estados Unidos, e os mais jovens, Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – visava, planejadamente, ampliar a presença da disciplina no Departamento de Ciências Sociais da UFRGS e preparar professores com o título de Mestre ou Doutor, para criar no futuro um programa de pós-graduação na área de Ciência Política. Muitos já eram assíduos ao curso semanal sobre *Teoria Política: da Política Grega* do Prof. Xausa, na Faculdade de Filosofia, que, com seu carisma, reunia cerca de 150 estudantes na Sala 200, no segundo andar. Eram alunos oriundos principalmente dos cursos de Ciências Sociais, mas também com interesse crescente de universitários oriundos das áreas de Economia, Direito, Filosofia e Arquitetura. Nesse novo contexto, um grupo de alunos mais próximos do professor de Ciência Política foi, pouco a pouco, criando o hábito de participar, periodicamente, de “seminários informais” em longas tardes ou noites, na casa do professor Xausa, para discutir os diferentes campos teóricos e de pesquisa de Ciência Política – seminários esses quase sempre entremeados por uma análise da conjuntura política brasileira ou internacional. Nessa época, já se buscava essa meta distante, e, depois, muitos saíam em busca de formação pós-graduada no país e no exterior¹.

Na noite de 1º de setembro de 1969, entrávamos pela porta principal do antigo prédio da Faculdade de Filosofia, acompanhados do professor visitante francês Georges Lavau, quando assistimos uma cena dramática: três funcionários cruzaram a nossa frente carregando desmaiado o diretor da Faculdade, Prof. Ângelo Ricci, professor de Teoria e Crítica Literária, que acabara de ser informado de sua “aposentadoria” compulsória

¹ Fui o primeiro a sair, em 1965, e a receber o *Diplôme de l'Institut d'Etudes Politiques de na Paris I (Panthéon-Sorbonne)*, em julho de 1967. Paralelamente, me inscrevi no doutorado, sob a orientação do Prof. Jean Touchard, desenvolvendo, primeiro, pesquisas na literatura comparada sobre o nazi-fascismo na Europa. Retorno ao Brasil por dois anos para realizar minha pesquisa sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB). O segundo a sair foi o Prof. Francisco Ferraz, para a Universidade de Princeton.

pelo AI-5. Assim tomamos conhecimento também que o Prof. Leônidas Xausa havia sido aposentado pelo mesmo decreto, juntamente com um grupo de importantes professores do Departamento de Filosofia e Psicologia. Indignados, subimos ao segundo andar para o local da conferência, lotada de estudantes e público externo que nos aguardavam. Coube a mim dizer ao público que aplaudiu nossa chegada que a *Voz do Brasil* anunciara que Prof. Leônidas Xausa fora arbitrariamente “aposentado” pelo AI-5 naquela noite, deixando o público surpreso e chocado. A seguir manifestou-se o professor francês, afirmando “que se recusava a falar em uma universidade em que *liberdade de cátedra* não era respeitada”. Houve um silêncio profundo, e, a seguir, um aplauso intenso em homenagem ao professor, seguido por uma rápida dispersão do auditório pelas estreitas escadas do prédio. Logo depois, o professor francês acompanhou-me em uma visita de solidariedade ao Prof. Xausa em sua residência.

O Prof. Francisco Ferraz retornou ao Brasil em 1970 com o título de *Mestre em Ciência Política*, de Princeton, para desenvolver sua pesquisa de tese no país. Agora o meu principal desafio na UFRGS era, como estava previsto no planejamento do Prof. Xausa, conseguir a nomeação do referido professor na vaga prevista no Departamento de Ciências Sociais. No entanto, outro professor assistente de Ciência Política, em acordo com o chefe do Departamento de Ciências Sociais, Prof. Luiz Alberto Cibils, definiram uma estratégia para bloquear o nome do novo professor e propor outro nome para a vaga disponível, aproveitando-se de um dos meus afastamentos de pesquisa de campo para a minha tese de doutorado. Na minha ausência, foi convocada uma reunião do Departamento para outro professor da Ciência Política indicar um outro candidato para a vaga disponível: um recém-formado bacharel em Direito na UFRGS, Cezar Saldanha de Souza Junior, que, na conjuntura da ditadura militar, tinha um óbvio requisito político: era monarquista parlamentarista, e o seu concorrente tinha sido dirigente da *União Estadual de Estudantes* (UEE).²

Posteriormente, foram feitas várias solicitações à Chefia do Departamento para que convocasse uma nova reunião para que se pudesse indicar um segundo candidato para a única vaga disponível para a Ciência Política. A posição do chefe do departamento permaneceu irremovível. Embora nosso candidato começasse a ficar cético com as dificuldades interpostas, fui à luta! Recorri à segunda instância, que foi o Conselho Departamental, cujos representantes dos professores eram, em sua maioria, favoráveis ao regime militar e, apesar de minha justificativa, a maioria dos presentes do CD rejeitou o meu recurso.

² A *União Estadual de Estudantes* (UEE), órgão representativo do ensino superior público, confessional e privado no Rio Grande do Sul (RS), filiado à União Nacional de Estudantes (UNE), em 1961, realizou a primeira eleição direta para seus dirigentes (presidente e vice). Ferraz e eu decidimos nos lançar à disputa, aceitando o desafio de buscar apoio em todo o estado, diante da aliança poderosa e contraditória entre os centros acadêmicos da UFRGS e os da PUC-RS. Estes consideravam a tal ponto que a eleição estava ganha que acharam que nem precisavam fazer campanha. Nosso *slogan* no programa sumário que discutíamos na base das universidades e faculdades comunitárias e privadas era: “Desculpulização e Politização”, no qual denunciávamos o acordo entre as cúpulas estudantis a UFRGS (Feurgs) e a PUC (DCE); e *politização* era um dos nossos eixos da proposta, para elevarmos o nível de consciência dos universitários, da capital ao interior do Rio Grande do Sul. Agregue-se o fato que, no mesmo ano, havíamos participado de uma viagem durante um mês em comemoração ao III Aniversário da Revolução Cubana, onde pude conhecer, com Francisco Ferraz, a experiência cubana. Resultado das eleições: ganhamos por votação direta no interior e na capital. Essa gestão da UEE foi de grande sucesso e consolidou a hegemonia da Ação Popular (AP) no RS, a tal ponto que Marco Aurélio Garcia, então dirigente da Juventude Comunista, reconheceu o erro de seu antecessor em apoiar o candidato do DCE/PUC e veio trazer o “apoio incondicional” do PCB a qualquer candidato que escolhêssemos para a nossa sucessão.

Agora restava uma última ficha para tentar reverter a situação. Descobri que havia uma comissão de professores, junto à Reitoria, que iria selecionar, em última instância, os nomes indicados pelos diferentes departamentos da Faculdade de Filosofia. Então busquei contato imediatamente com dois de seus membros. Lá estavam dois professores respeitados e reconhecidos: o Prof. Luiz Pilla, ex-diretor da Faculdade de Filosofia da UFRGS e catedrático de Físico-química e Química Superior; e o Prof. Irajá Damiani Pinto, com doutoramento na USP, diretor da Escola de Geologia e professor emérito da UFRGS. Expliquei toda a situação e apresentei o perfil do professor vindo com mestrado e candidato a doutor de Princeton em Ciência Política. O outro nome já indicado era um jovem recém-saído como bacharel da Faculdade de Direito. Semanas depois, tomei conhecimento que a referida Comissão da Reitoria havia selecionado o nome do Prof. Francisco Ferraz para a vaga da Ciência Política. Mas, por incrível que pareça, foi feito um inesperado e absurdo requisito final: submeter os candidatos a um “teste psicotécnico”, no Departamento de Psicologia da UFRGS, cujo diretor era também do grupo de professores favoráveis ao regime militar. Como recurso final para “filtrar” os candidatos visados “politicamente”, o laudo enviado ao diretor da Filosofia “diagnosticou” que o candidato de Ciência Política tinha “algum problema”. Em consequência, o diretor da Faculdade Filosofia convocou-me ao seu gabinete para me explicar que, nesses casos, somente ele poderia tomar a decisão final. Para tanto, solicitou-me, para sua avaliação, alguns textos escritos do referido professor: entreguei-lhe no dia seguinte um artigo dele publicado numa revista científica; dois *papers* de sua escolaridade em Princeton e um artigo publicado na imprensa local. Dois dias depois o diretor chamou-me novamente ao seu gabinete para informar que examinara os textos encaminhados e, pela sua qualidade, não teve menor dúvida em nomeá-lo professor assistente do Departamento de Ciências Sociais da UFRGS. Assim, logo após sua nomeação, o Prof. Ferraz passou a integrar o Departamento de Ciências Sociais nos “setores minoritários” da Ciência Política e da Antropologia, ambos com dois ou três professores em cada disciplina. A hegemonia estava na área de Sociologia, que dispunha da maioria absoluta de professores assistentes, todos subordinados ao professor catedrático, Laudelino Medeiros.³

Construir um programa de pós-graduação era um desafio numa época em que as Ciências Sociais brasileiras criaram, em 1968, com apoio substantivo da Ford Foundation, os programas pioneiros de mestrado em Ciência Política: o Departamento e o Mestrado em Ciência Política, vinculados à Reitoria da UFMG e, meses depois, o Mestrado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Nessa época, fora dos núcleos do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), a “massa crítica” de professores na área era insuficiente e dispersa nos centros regionais (Rio Grande do Sul, Pernambuco, Salvador, Brasília e Belém), embora, a partir da “reforma universitária de 1969”, com bolsas oferecidas no país

³ O Prof. Laudelino Teixeira Medeiros foi catedrático na Faculdade de Economia e Administração (1943) e da Faculdade de Filosofia, ambas da UFRGS, e, com a criação do curso de Ciências Sociais (1959), entrou para o Departamento de Ciências Sociais. Como diretor da Faculdade de Economia e Administração, propôs a criação do Iepe e do Centro de Estudos Sociais, em 1963, bem como do curso de pós-graduação *stricto-sensu* em Economia e Sociologia Rural, onde desenvolveu várias pesquisas: *Vilas e Malocas*; *Migrações Internas no RS*; *O processo de urbanização do RS e a Formação do RS*, entre outros. Sobre o tema, ver a tese de doutorado que orientei de Lorena Madruga Monteiro: *Religião, cultura e política: o apostolado laico dos jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação* (Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS, 2011).

pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), os programas de pós do Norte e Nordeste tenham passado a enviar seus professores para fazer mestrado no Sudeste e no Sul. E, também, nos polos regionais mais promissores, como a UFRGS, apesar da existência de um curso de Ciências Sociais mais antigo do que na UFSC e na UFPR, havia um número significativo de professores de Sociologia, porém, sem título de pós-graduação. O desafio era enorme para superar esse déficit, o que só se tornou viável no início da década de 1970.

Nos primeiros anos da década de 1970, o Prof. Francisco Ferraz, já professor assistente de Ciência Política, desde logo, teve que se legitimar como professor após toda a resistência à sua nomeação, anteriormente referida, em cujas funções ele será inovador, trazendo em suas aulas da graduação novos enfoques sobre um tema que lhe era caro: *as variáveis que contribuem para a democracia estável*, segundo a teoria desenvolvida por seu professor e orientador *Harry Eckstein*⁴. Recordo-me que, ao retornar ao Brasil para a pesquisa de campo da minha tese de doutorado, voltei via Estados Unidos para visitar o meu colega e amigo e conhecer a Universidade de Princeton e senti nele grande entusiasmo nos seus estudos pós-graduados, inclusive mostrou-me a literatura que estava utilizando e os *papers* que já havia apresentado nos seminários.

Em sua entrada no Departamento, o convívio com os colegas das diferentes disciplinas de Ciências Sociais se deu naturalmente e, em curto espaço de tempo, foram compreendidos e superados os obstáculos da sua nomeação. A seguir, o Prof. Ferraz assume o seu maior desafio: organizar um Programa de Mestrado numa época em que, apesar de a Ciência Política dispor de dois professores titulados (doutorado e mestrado), não havia condições de ser criado um Programa de Mestrado em Política, e menos ainda a Sociologia, com seu catedrático Laudelino Medeiros e um grande número de assistentes, todos ainda sem titulação. A posição deste foi inicialmente de resistência à criação de um novo Mestrado em Ciências Sociais, uma vez que, no Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe)⁵ da Faculdade de Ciências Econômicas já havia um Mestrado de Sociologia Rural, um dos mais antigos na UFRGS, juntamente com Economia Rural (1963).

O novo docente Francisco Ferraz compreendeu, desde logo, que a única possibilidade seria fazer um programa conjunto, unindo forças entre as duas áreas: Ciência Política e Sociologia. Começou conversando com os professores mais reconhecidos da Sociologia. Tinha que persuadir o catedrático a colaborar com o novo programa e, para tanto, contou também com o apoio do Prof. João Guilherme de Souza, que foi um docente marcante para sucessivas gerações de estudantes de Sociologia. Paralelamente, compreendeu e buscou ter assento na Câmara Especial de Pesquisa

⁴ Harry H. Eckstein nasceu na Alemanha, em uma família judia de Schotten, e viveu na Alemanha nazista quando menino, mudando-se para os Estados Unidos aos 12 anos, em Columbus, Ohio. Após ter feito toda sua formação na Universidade de Harvard (graduação, mestrado e doutorado), tornou-se, desde 1980, *Distinguished Research Professor of Political Science* da Universidade da Califórnia. Seu interesse principal na Universidade de Princeton foi sua teoria sobre “democracia estável”, onde a congruência da socialização e da cultura política estaria no núcleo de sua explicação. Em suas pesquisas, o país que teria alcançado a maior congruência interna foi a Noruega (ECKSTEIN, 1966).

⁵ O Iepe, fundado em agosto de 1953, é um órgão auxiliar da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

e Pós-Graduação, presidida pelo pró-reitor Gehard Jacob. Esse âmbito era o locus que deliberava sobre todos os temas relacionados à pós-graduação e à pesquisa na universidade. Essa experiência foi estratégica para a criação no novo curso: essa câmara, constituída majoritariamente por cientistas das áreas “duras”, recebeu pela primeira vez um cientista político (área “mole”), que mudou a percepção do pró-reitor e de seus integrantes sobre essa nova área científica⁶. Após sucessivas reuniões e intervenções do Prof. Ferraz sobre os temas em pauta, houve uma “reconversão” dos membros ao descobrirem a Ciência Política como uma ciência no campo das ciências humanas, e suas opiniões adquiriram legitimidade científica. Em 1972, o projeto de criação do *Programa de Mestrado em Sociologia e Política* foi exposto e justificado pelo Prof. Ferraz aos seus pares. Após uma aprofundada discussão sobre o seu conteúdo, os membros da Câmara Especial de Pesquisa e Pós-Graduação *decidiram aprová-lo consensualmente*, como era o método adotado pelo presidente desta para aprovação dos assuntos em pauta nas reuniões. Com essa conquista, o Departamento de Ciências Sociais apenas ratificou *ex-post* a decisão da Câmara. Encerrada essa etapa dentro da UFRGS, cabia agora ser encaminhado à Capes. Após ser submetido aos trâmites avaliativos previstos nos órgãos colegiados do Ministério da Educação (MEC) – os comitês de representantes da área em avaliação e, em última instância, o Conselho Superior, integrado por representantes de todas as áreas de conhecimento – onde o projeto foi também aprovado.

O novo curso de pós-graduação em Sociologia e Política foi aprovado nas instâncias da UFRGS e da Capes entre 1972–1973, inicialmente com um ritmo bianual. O primeiro coordenador foi o Prof. Ferraz, e o corpo docente inicial de Ciência Política estava composto por Eduardo Dutra Aydos⁷, Francisco Ferraz, Helgio Trindade, José Antônio Tavares⁸ e Judson De Cew, e o de Sociologia, Ênio Silveira, João Guilherme Correa

⁶ O prof. Ferraz ficou um período só na coordenação da área de Ciência Política, quando estive em Paris para fazer os últimos ajustes da minha tese de doutorado com o meu novo orientador, uma vez que o primeiro, o Prof. Jean Touchard, reconhecido especialista em Pensamento Político Europeu, falecera de um derrame três semanas antes da data de defesa, marcada no Anfiteatro Richelieu, na Sorbonne. Com a designação do meu novo orientador *pro-forma*, o Prof. Georges Lavau presidiu a banca examinadora na data prevista e retornei ao Brasil em inícios de 1972. Acompanhei, então, as tratativas finais para a aprovação do *Programa de Mestrado de Sociologia e Política*, cujas atividades acadêmicas iniciaram no ano letivo de 1973.

⁷ O prof. Eduardo Dutra Aydos possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS (1969), mestrado em Ciência Política (1971), bolsista da Ford e orientado por Edgard Pontoes de Magalhães com a dissertação: *Tradição e máquina política - uma experiência de campanha eleitoral numa cidade do interior do RS*; fez doutorado na mesma área, na UFRGS, em 1998, orientado pelo Prof. Marcello Baquero, com tese sob o título de *A Planície de Aléthea: contribuição para a (re)construção de epistemologia de síntese e para a compreensão dos fundamentos paradigmático do agir e do saber comunicativo em Ciência Política*. Foi chefe de pesquisas no Iespe/PUC e coordenador do Mestrado em Sociologia Industrial da PUC. Assessor de Política Internacional do senador John Kerry, Senado dos Estados Unidos, e diretor presidente da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, do Governo do Estado do RS. De 2005 a 2007, vinculou-se ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS como professor de Teoria Geral do Estado.

⁸ O Prof. José Giusti Tavares, oriundo do campo da Filosofia, desenvolveu longa carreira na área de Ciência Política em várias instituições, ministrou aulas na graduação no Departamento de Ciências Sociais e de Pós-Graduação de Sociologia e Ciência Política, sendo um dos professores fundadores do programa, lecionando desde 1974. Ensinou também nas Ciências Sociais e no Direito na Unisinos, PUC-RS e Ulbra. Fez mestrado na Ciência Política na UFMG e doutorado pelo Iuperj. Autor de livros na área de teoria política, autoritarismo e sistemas eleitorais nas democracias, com publicações como: J. F. Artheniza Weinmann Rocha et al. (Orgs). *Assis Brasil: interpretações*. Santa Maria, 1995; *Representação Política e Governo*. Canoas: Ulbra, 2005; *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; *Reforma política e retrocesso democrático*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998; *O totalitarismo tardio: o caso do PT*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000. Abílio Baeta Neves realizou doutorado em Ciência Política em Múnster, Alemanha, em 1981. Foi coordenador do PPG em Sociologia e Política entre 1984–1986. Foi secretário de Educação Superior do MEC de 1996 a 2000. Presidente da Capes de 1995 a 2002. Presidente da Fapergs de 1986 a 1990 e de 2015 a 2016.

de Souza, Manfredo Berger, Mario Riedl e José Hugo Ramos. A primeira turma do mestrado (1973-1974), na opção de Ciência Política, era constituída pelos alunos Abílio Baeta Neves, Loiva Otero Félix, Mercedes Cánepa, Jorge Guimarães e Luiz Alfredo Tagliassuchi⁹. Na área de Estatística, assumiu o Prof. Herbert Calhau, doutor pelo Instituto de Estatística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que lecionou essa disciplina para as duas áreas do curso. A segunda turma de Ciência Política (1975-1976) era formada pelos alunos Eduardo Corsetti, Helena Barretto, René Gertz, Celi Pinto, Miriam de Toni, René Barreira, Maria Izabel Noll, Sendi Olmedo, Taís Sirangelo e Rosane Ziegelman. O corpo de professores foi ampliado com a entrada de Antonio Cláudio Nuñez, Eduardo Carrion, Marcello Baquero e Abílio Baeta Neves¹⁰.

O Prof. Ferraz se afasta da Coordenação do Programa de Pós-Graduação e assume, em 1977, a Pró-Reitoria de Planejamento, a convite do reitor Homero Jobim, e sua atividade principal foi a de coordenar e implementar as obras paralisadas do Campus do Vale. Segundo depoimento de Luiz Carlos Bortolini, coordenador do Escritório Técnico do Plano Diretor do Campus do Vale, ao ser eleito, o reitor Homero Jobim (1976-1980) dá continuidade ao projeto e convida o Prof. Ferraz para ser pró-reitor de Planejamento, vinculado diretamente à expansão das obras do Campus. É o momento em que são criadas as pró-reitorias e uma nova estrutura se implementa. Em 1977, o Instituto de Letras e o IFCH se mudam para o Campus do Vale. Depois de uma eficiente gestão, em 1980, Ferraz se candidata a reitor numa acirrada disputa, cujo resultado é a nomeação de um tertius: Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira. Ferraz assume duas pró-reitorias: a de Planejamento e a de Administração. Recebe, logo depois, o convite do secretário-geral do MEC para ir para Brasília durante a gestão da ministra Ester de Figueiredo. Como secretário-adjunto do MEC, Ferraz adquire visibilidade, o que é fundamental para sua nomeação na eleição seguinte para reitor da UFRGS.

Conforme o Eng. Luiz Carlos Bortolini¹¹, o desafio que estava proposto era: vamos mudar a universidade? Daí vinha a imagem sugerida pelo reitor Ferraz, “mudanças por etapas, como as marés, ou mudar em ondas”. A cada três meses uma nova meta. A primeira onda foi a mudança física: alterar a Reitoria para priorizar as atividades-fim, reformas para os projetos especiais. A segunda foi mexer no vestibular. Convida o Eng. Walter Cybis para a Pró-Reitoria de Graduação por reconhecer sua competência

⁹Na área de Sociologia, a primeira turma de estudantes era formada também por cinco estudantes, dos quais foram identificados quatro: Dorivaldo Poletto, Lorena Holzmann, Maria Luiza Martini e Valmíria Piccinini.

¹⁰ Nuñez e Carrion retornavam de *Diplôme d'Études Appfondies* (DEA) na França, e Abílio Baeta Neves estava concluindo seu doutorado na Alemanha. Eduardo Carrion cursou a pós-graduação em Direito Constitucional pela Universidade de Paris I (Panthéon Sorbonne) em 1975 e foi attaché de recherches do Centre d' Études des problèmes politiques e juridiques du Tiers Monde (1974-1978). É professor titular de Direito Constitucional. Possui várias obras, entre as quais: *Apontamentos de Direito Constitucional* (1997); *Reforma constitucional e direitos adquiridos e outros estudos* (2000); e *A navalha de Occam: reflexões de direito e de política* (2014). O Prof. Cesar Marcello Jacome Baquero graduou-se em Ciência Política pela Florida International University (1975), fez mestrado em Relações Internacionais e doutorado em Ciência Política (1979) pela mesma universidade. Fez pós-doc no Instituto Gino Germani, em 2006 na UBA (Argentina), na Universidade de Sussex Inglaterra, em 2007, e foi professor-visitante associado no Latin American Center, Oxford University (2014-2015), e realizou “missões de trabalho” na École (EHESS) de Paris. Na UFRGS, coordenou o Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), fundado em 1998.

¹¹ Coordenador do Escritório Técnico do Campus do Vale e que dirigiu todo o processo, pois o planejamento da universidade já estava previsto: coordenou a administração direta das obras e oficinas no campus com mais de mil funcionários.

acadêmica. Gehard Jacob vai para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação¹². A terceira onda diz respeito à primeira matrícula, mexer nas disciplinas e prover a infraestrutura das salas de aula. A cada três meses uma nova ação, juntando área acadêmica com a melhoria da infraestrutura. Os restaurantes universitários, os diretórios acadêmicos.

Para Bortolini, talvez o maior legado desse período seja a preservação do Campus Central da UFRGS como um território único. Durante a administração de Alceu Collares na Prefeitura de Porto Alegre, foram conseguidos recursos para a abertura de duas perimetrais, sendo que uma delas passaria no meio dos prédios da UFRGS, criando três ilhas cortadas por vias expressas. Como contraponto, Ferraz desencadeia uma campanha de valorização dos prédios históricos da UFRGS e sobre a importância da universidade como um museu de difusão de conhecimentos, um museu não estático, mas interativo com a sociedade. Cria, então, o Centro Cultural, conjunto de atividades que abria a universidade para a sociedade em geral. Um amplo debate se estabelece, e o apoio de atores culturais e políticos é fundamental para que a unidade do Campus Central seja preservada. Foi uma vitória fundamental não só para a unidade dos conjuntos de prédios, mas para a preservação da memória e história da UFRGS.

PESQUISA E ENSINO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Um dos traços marcantes do desenvolvimento da Ciência Política no RS foi que iniciou sua trajetória pela pesquisa, em 1969, com o apoio da Fundação Ford e inspirando-se na experiência, em grande medida, do primeiro Programa de Mestrado em Ciência Política da UFMG. O montante da doação a fundo perdido, por cinco anos, pela Ford, foi importante para as áreas de Ciência Política e Administração Pública da UFRGS (US\$ 750.562,00), enquanto, para o novo Mestrado de Ciência Política da UFMG, a doação inicial foi de US\$ 928.766,00¹³. Como observei em outro texto, “[...] o apoio da Ford produziu um salto qualitativo com a capacitação da segunda geração de professores da área, principalmente com as oportunidades que se abriram para a formação pós-graduada no exterior (França e Estados Unidos)”. Muitos concluíram seus mestrados no DCP da UFMG e de lá partiram para seus doutorados em universidades americanas de prestígio (Stanford, Michigan), como foi o caso do Prof. Benicio Viero Schmidt, com sua inovadora tese e destacada trajetória na UnB¹⁴.

As primeiras pesquisas da área foram *pesquisas eleitorais regionais e nacionais*, seguindo a trilha das pesquisas precursoras de Gláucio D. Soares. Outra vertente foi

¹²O Prof. Gehard assume por quase um ano a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e depois demite-se da mesma ao assumir a Vice-Reitoria, quando fui convidado pelo reitor, pela segunda vez, para assumir o cargo e aceitei.

¹³ “Ambas as doações foram mais modestas que o apoio dado ao Iuperj (US\$ 1.487.434, 00) e ao CEBRAP que reuniu professores aposentados da USP pelo regime, do qual Fernando Henrique Cardoso foi presidente (US\$ 2.261.479,00)” (TRINDADE e LEITE, 2004, p. 621; TRINDADE, 2016, p. 97).

¹⁴O Prof. Benicio V. Schmidt nasceu em Porto Alegre em 1944; após formar-se em Direito na PUC e cursar Ciências Sociais na UFRGS, fez mestrado no Departamento de Ciência Política (DCP) da UFMG, de 1968 a 1970, e doutorado na Stanford University, de 1970 a 1979, com a tese intitulada: *State and the Urban*. Foi professor do Departamento de Sociologia da UNB, e publicou os livros: *O Estatuto e a política urbana no Brasil* (1983); *Os assentamentos e a reforma agrária no Brasil* (1998); *Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina*, (2000).

a tradicional *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP), dirigida e distribuída pelo Prof. Orlando, do Direito da UFMG. Essa revista pioneira reuniu, à época, análises sobre eleições e partidos elaboradas no período de norte a sul do país: de Amílcar Tupiassu (“As Eleições paraenses de 1966”), Vamireh Chacon (“As eleições estaduais de 1966 em Pernambuco”), Ana Brasileiro (“As eleições de 15 de novembro de 1966 no Estado da Guanabara”), e Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (“As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul”). O jornalista Fay de Azevedo escreveu um artigo precursor na RBEP, em 1960: “Balanço das eleições do Rio Grande do Sul”¹⁵. No “Roteiro para um balanço crítico” para o período 1948-1974, elaborado por Bolívar Lamounier (1982) no item “Partidos políticos e comportamento político”, apenas cinco livros foram citados: Orlando Carvalho (*Ensaio de Sociologia Eleitoral*, 1962), Temístocles Cavalcanti (*Comportamento Eleitoral no Brasil*, 1964), Francisco de Couto (*O voto e o povo*, 1966), Gláucio Soares (*Sociedade e política no Brasil*, 1974) e Helgio Trindade (*Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, 1974).

As pesquisas precursoras desse período bifurcavam-se: (1) uma refere-se aos dois primeiros *surveys* de atitudes e comportamento político realizados em duas cidades do RS: *Porto Alegre*, como polo político nacional desde a Revolução de 1930, com líderes do porte de Getúlio Vargas e João Goulart, do PTB, com o objetivo de recuperar as atitudes, a memória de votações nacionais e regionais (TRINDADE, 1971a); e em *Ijuí*, cidade situada ao noroeste do RS, sendo o interesse da pesquisa avaliar a experiência singular de um *Movimento Comunitário de Base* (MCB) de pequenos agricultores da zona rural, liderado por padres capuchinhos: o Frei Mathias. O elemento desencadeador foi a realização coletiva dos pequenos agricultores de um experimento pedagógico de combate solidário de formigueiros que penetravam em todas as propriedades; descobriram, com o sucesso do trabalho, que “a união faz a força” e o transformaram na base de um coeso movimento social e político em suas relações com a área urbana, bem-informados sobre suas exportações e relações com mercado interno e externo.

O outro projeto de pesquisa (2), apresentado à Ford para justificar a demanda por recursos para a Ciência Política, foi a formação de um *Banco de Dados Eleitorais do RS*, cuja fonte principal da pesquisa foi o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS), que conservava, em nível municipal, de forma dispersa e quase caótica, os resultados eleitorais do sistema multipartidário vigente no período 1945-1962. Em casos de lacuna nos dados, ainda que pouco frequente, o recurso era recorrer aos jornais locais que difundiam também os resultados das eleições, tendo como fonte também os resultados oficiais publicados pelo mesmo órgão regional eleitoral.

Em 1967, começou a se organizar um programa pioneiro de análise eleitoral com base na série de estatísticas eleitorais do RS. Foi nessa ocasião que, com o apoio da Fundação Ford, fui selecionar, em Paris, para uma consultoria de três meses na UFRGS, um pesquisador do *Centre d'Études de la Vie Politique Française* (Cevipof), para contribuir

¹⁵ Publicados inicialmente no jornal *Correio da Manhã* e depois na revista do Instituto de Direito Público e Ciência Política, dirigido por Temístocles Cavalcanti na FGV-RJ, sob a autoria de Gláucio Soares e o título de “Participação eleitoral e separação de poderes” (na *Revista de Direito Público e Ciência Política*, em 1960) e “Mobilidade eleitoral e comportamento político” (*Revista Brasileira de Estudos Políticos*, em 1961), posteriormente agrupados em seu clássico livro: *Sociedade e Política no Brasil: desenvolvimento, classe política durante a Segunda República*, publicado pela editora Difel em 1973.

na elaboração da metodologia da estruturação dos dados do TRE-RS, com apoio do primeiro computador da UFRGS¹⁶. No período em que o pesquisador-visitante Jean Ranger, com experiência consolidada em sociologia e geografia eleitorais, permaneceu em Porto Alegre, foi estabelecida a estratégia teórico-prática de padronização dos resultados eleitorais e de análise da série histórica de 1945-1962¹⁷. Paralelamente, o banco de dados foi sendo atualizado a cada nova eleição, após ter sido extinto o sistema multipartidário pelo AI-2, e imposto o novo bipartidarismo (ARENA e MDB).

Esse acervo de dados eleitorais reconstituiu, de forma sistemática, a memória eleitoral do Estado e, depois de organizado no formato de estudos, foi publicado, em sucessivas edições, pela Editora da UFRGS, sob a coordenação de Maria Izabel Noll e Helgio Trindade, com o trabalho de execução e atualização por Manoel Passos (NOLL e TRINDADE, 1995; TRINDADE, 1980a, 1979a; TRINDADE e NOLL, 2005). Mais tarde, utilizando-se de recursos da informática, o banco foi disponibilizado no site do *Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Riograndense* (Nupergs)¹⁸.

A primeira etapa da organização do Banco de Dados Eleitorais foi uma experiência de *arqueologia política* ao buscar nossas raízes político-eleitorais na redemocratização pós-1945, em decorrência da queda do Estado Novo e do varguismo; e a primeira reconstituição de dados refere-se ao final da II Guerra Mundial e à queda do Estado Novo, em que se inicia um novo sistema partidário, com dois partidos que se coligam em nível nacional, ambos criados por Vargas: o Partido Social Democrático (PSD), que aglutinou a classe política formada ao longo do Estado Novo, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como o espaço político de arregimentação dos trabalhadores urbanos, reunidos em sindicatos organizados pelo Estado e beneficiários da legislação trabalhista. Unidos, em nível nacional, os dois partidos eram dominantes em pleitos nacionais e estaduais, salvo no Rio Grande do Sul e Pernambuco, onde o PSD era dissidente e não seguia a orientação da coligação nacional. No RS, no entanto, o confronto era insuperável, embora a dinâmica partidária indicasse uma tendência de crescimento no PTB, enquanto o PSD e seus aliados liberais (PL e UDN) estavam declinando seu eleitorado. O PRP do novo integralismo político-eleitoral e o PDC, a democracia cristã, nunca conseguiram se constituir numa “terceira-força” eleitoral alternativa, e o processo eleitoral no período (1945-62) ficou marcado pela *alternância* do entre os dois blocos (PTB x anti-PTB).

O grande desafio era tornar inteligível o subconjunto de partidos do sistema multipartidário, que no Brasil era caótico e ao sabor das disputas regionais. No RS foi

¹⁶ O CPD/UFRGS na época era dirigido pelo Prof. Manuel Luiz Leão, com um computador 1130 da IBM que viabilizou o tratamento dos dados para a montagem do Banco de Dados Eleitorais, em sua primeira versão e com colaboração do bolsista de programação Altamiro Amadeu Suzin, que graduava-se em Engenharia Elétrica na UFRGS e, posteriormente, fez mestrado em Computação na UFRGS, doutorado em *Informatique*, no *Institut National Polytechnique de Grenoble* (1979), e pós-doutorado pela *McGill University*, Montreal/Quebec (1997-1998).

¹⁷ Jean Ranger preparou-se seriamente para sua consultoria no RS, lendo os clássicos livros de Érico Veríssimo (*O tempo e o vento*), e, além da consultoria, ele ofereceu um curso aberto para os alunos de Ciências Sociais sobre as famílias políticas que estão na origem dos partidos políticos europeus.

¹⁸ Nupergs foi fundado em 1979 pelo Prof. Helgio Trindade, junto ao Programa de Mestrado, para conservar e oferecer aos alunos e pesquisadores: estatísticas eleitorais, resultados de pesquisas (*surveys*), acervos e arquivos dos principais políticos do RS após a Revolução de 1930, a queda do Estado Novo e o período da redemocratização de 1945-1964 até a atuação dos ex-dirigentes da AIB na ditadura militar. O acervo de dados eleitorais e atitudinais está disponível no site do Nupergs: www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.phb.

capturado analiticamente que, para além do mesmo multipartidarismo nacional, havia um *bipartidarismo de fato*, caso singular no Brasil, o que permitiu estabelecer alguns *padrões eleitorais*, a partir de diferentes critérios analíticos, mostrando alguns traços convergentes no comportamento dos eleitores, o que posteriormente foi aprofundado. Por sua vez, o banco de dados, acessível a acadêmicos e ao público em geral, permitiu a elaboração de análises posteriores de professores e alunos na elaboração de suas dissertações e teses.

O mesmo acontecerá com a pesquisa nacional em quatro estados nas eleições municipais de 1976 no Brasil. No RS, em Caxias do Sul (1976), a pesquisa de campo foi coordenada pelo Prof. Helgio Trindade e, a partir de 1979, na parte analítica, com a colaboração do Prof. Marcello Baquero. Essa pesquisa fez parte de um projeto nacional, em quatro estados politicamente relevantes, em cidades do interior, já que não havia eleições nas capitais, e os prefeitos destas eram nomeados pelo ditador de plantão. Nesse contexto, foi escolhido um município relevante no interior de cada um dos quatro estados. A pesquisa, com questionário comum elaborado pelos quatro coordenadores: Helgio Trindade (Rio Grande do Sul), Caxias do Sul, cidade serrana próspera, agroindustrial e moderna; Bolivar Lamounier (São Paulo), Presidente Prudente, cidade do oeste paulista, com um perfil agropecuário dominante; Olavo Brasil Junior (Rio de Janeiro), Niterói, antiga capital estadual fluminense; Fábio Wanderley Reis (Minas Gerais), Juiz de Fora, importante cidade localizada na zona da Mata Mineira, ao sudeste de Belo Horizonte. Os resultados da pesquisa foram publicados no livro coletivo organizado por Fábio Wanderley Reis (1978), de título *Os partidos e o regime: a lógica do sistema eleitoral brasileiro*. Nesse livro estão dois capítulos sobre as eleições em Caxias do Sul, um de autoria de Helgio Trindade, “A polarização eleitoral numa comunidade agro-industrial moderna”, e outro de De Cew, “A decisão eleitoral em Caxias do Sul”. Resta mencionar a persistência do padrão eleitoral do RS após o confronto PTB versus anti-PTB da fase multipartidária de 1945-1962. O quadro eleitoral de 1994 a 2014 mostra uma configuração das forças políticas com um enfrentamento do mesmo tipo, embora com outras siglas partidárias nas eleições para governador (PMDB x PT). O sistema do segundo turno vai colocar frente a frente PMDB e PT em cinco eleições, confirmando a alternância já observada no período multipartidário, com a formação de um bloco anti-PT.

Finalmente, na época do mestrado, sob a influência de uma abundante literatura sobre o período da Revolução de 1930 e seus desdobramentos nacionais e regionais, houve um período em que área de Ciência Política investiu na história política gaúcha. Havia uma enorme lacuna sobre a experiência singular da política regional, numa época em que, em outros estados, já havia uma tradição de pesquisa, especialmente com relação ao “ciclo” de Getúlio Vargas (1930-1945)¹⁹. Além dos estudos quase monográficos dos partidos

¹⁹Os autores precursores desses estudos, em termos nacionais, foram Hélio Silva, com 11 volumes publicados no Rio de Janeiro sobre eventos de 1922 a 1954, pela Civilização Brasileira; Edgard Carone, da USP, todos publicados em São Paulo, pela Difusão Europeia de Livros; do brasilianista Thomas Skidmore, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007; Brasil: *De Getúlio à Castelo*; e Boris Fausto: *A Revolução de 1930: historiografia e história*, 1970, entre outros. Em 1980, foram realizados três eventos comemorativos: a UFRGS promoveu o primeiro Simpósio sobre o Cinquentenário da Revolução de 1930, com a presença de professores, pesquisadores nacionais e internacionais, publicado na íntegra em Porto Alegre, pela editora Erus, em 1981. Posteriormente foram realizados eventos comemorativos no CPDOC/FGV, no Rio de Janeiro, e na Universidade Federal de Minas Gerais.

políticos regionais republicanos, havia o perfil da Assembleia de Representantes, que se reunia três meses ao anos, mas sem poder de fazer leis, somente ratificando o orçamento enviado pelos *ditadores positivistas* (Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros), num período em que o poder nacional respeitava a autonomia regional do RS, que tinha um sistema político autoritário republicano contraditório com relação à Constituição brasileira de 1891, inspirada no modelo presidencial americano, após uma monarquia parlamentar estilo inglês no Segundo Império.

A primeira pesquisa de âmbito nacional foi publicada em São Paulo, em 1974, sob o título de *Integralismo: o fascismo brasileiro dos anos 30*, resultado da tese defendida em Paris em fins de 1971. Essa ênfase em história política terá um impulso importante e aprofundamento com a fundação do CPDOC na FGV/RJ, com a incorporação do Arquivo Vargas e a relevante publicação do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (BELOCH; ABREU, 1984)²⁰, com as análises publicadas sobre a Revolução de 1930 e suas interpretações, além dos simpósios e seminários do seu cinquentenário. Depois, numa parceria com a Profa. Helga Landgraff Piccolo, houve um foco na busca de arquivos de políticos relevantes do RS, que se inicia por líderes da oposição liberal: em visita ao Castelo Pedras Altas, durante dois dias e outros retornos, tivemos acesso à preciosa biblioteca de Joaquim Francisco de Assis Brasil, onde se encontravam livros clássicos, abarcando desde a filosofia grega até as obras completas de Charles Darwin. No que diz respeito aos seus arquivos, estes precisavam ser organizados²¹. Foi a primeira tarefa que nos rendeu cópia de todos os arquivos para o Nupergs; paralelamente, nos foi doado o arquivo completo pela família do ex-deputado federal Raul Pilla, líder do Partido Libertador e defensor perseverante do *sistema parlamentarista* no país. Os grandes governantes do Partido Republicano Riograndense – Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros – estavam no Arquivo Público e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul²².

Nesse período, dois livros tornaram-se referências nos estudos regionais: o primeiro, organizado por J. H. Dacanal e Sergius Gonzaga: *RS: economia e política* (1979), nele há um capítulo sobre “Aspectos políticos dos sistema partidário rio-grandense (1982-1937)” (TRINDADE, 1979a); e um segundo, publicado por demanda da Assembleia Legislativa, *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul* (TRINDADE, 1980a), por mim organizado, mas a partir de uma pesquisa exaustiva das alunas de mestrado Celi Regina Pinto e Maria Izabel Noll, nos *Anais da Assembleia de Representantes* (1891-1930) e da Assembleia Legislativa (1935-1937), respectivamente.

²⁰ A segunda edição saiu em 2001, ampliando o número de verbetes de 4497 para 6620. Na edição de 2010, esse número cresceu para 7553.

²¹ Em duas visitas ao Castelo de Pedras Altas, no município de Pinheiro Machado, em 1977 e 1979, estivemos em contato com as duas filhas de Assis Brasil. Fomos autorizados a microfilmar os arquivos durante a primeira visita e, na segunda, fomos devolver os arquivos organizados, sendo-nos cedida uma cópia dos documentos, cartas e fotografias para o acervo do Nupergs.

²² Nesse período começaram as primeiras dissertações de mestrado da UFRGS sobre pesquisas regionais relevantes, como a de Celi Regina Pinto – *Contribuição ao estudo do positivismo no Rio Grande do Sul* (1979); e Maria Izabel Noll, *Partidos e política no Rio Grande do Sul* (1980). Posteriormente, Noll, orientada por Daniel Pécaut, defendeu seu doutorado em Ciência Política na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS): *A construção do varguismo: a Ordem por princípio; o Progresso por fim*.

E nossa história continua com o doutorado, mas é outra história. O doutorado em Ciência Política da UFRGS será o resultado da articulação da área de Ciência Política da UFRGS na região do Cone Sul e da América Latina, a partir da adesão da UFRGS à Associação das Universidades do Grupo de Montevideo (AUGM), coordenada pelo reitor Jorge Brovetto, da Universidad de la Republica (Udelar), e dos relacionamentos construídos na América Latina como membro do *Comité Director do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais* (Clacso). A visibilidade da Ciência Política da UFRGS tornou possível a realização, de 25 a 28 de julho de 1995, no Salão de Atos da UFRGS, em Porto Alegre, do Seminário Internacional: *Os desafios da democracia na América Latina e as Eleições Presidenciais numa Perspectiva Comparada*. O evento foi promovido pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS e a AUGM, com a participação de destacados cientistas políticos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai²³. Esse seminário, pela abrangência das discussões de tema crucial das democracias nos anos 90 na América Latina, estabelece as bases do projeto de doutorado em Ciência Política que se tornará realidade nos anos seguintes.

A guisa de conclusão, merece referência o artigo intitulado “Ciência Política na UFRGS: formação, evolução e perfil da produção científica”²⁴ de Cristiana Maglia e seu orientador, o Prof. Paulo Peres.

[...] o objetivo central deste artigo é reconstruir a história do processo de autonomização acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul, desde a criação do Programa de Pós-Graduação, em 1973, até o momento atual, a partir da análise descritiva de documentos e de entrevistas com personagens centrais desse processo. Com base nesse material, defendemos o argumento de que houve uma geração de cientistas políticos na UFRGS que contribuiu para a autonomia acadêmica da disciplina em âmbito regional e nacional e, concomitantemente, foi responsável pela difusão de paradigmas predominantes na Ciência Política no período. (MAGLIA; PERES, 2019, p. 625).

Esse texto, elaborado a partir de pesquisa sistemática com os docentes do Programa e do conteúdo das dissertações de mestrado e das teses de doutorado, é o melhor testemunho acadêmico de importância estratégica para avaliar a consolidação plena do mestrado, abrindo o caminho para um doutorado numa perspectiva efetivamente latino-americana, com a liderança conquistada pela UFRGS na região a partir da década de 1990.

²³ O evento permitiu a organização do livro de Pinto e Guerrero (1996), intitulado *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*.

²⁴ Elaborado com base em sua tese de doutorado em Ciência Política na UFRGS.

SOBRE O AUTOR

Helgio Trindade: Doutor em Ciência Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris/Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Ex-reitor e Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pesquisador Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ex-membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), ex-membro do Consejo Superior Internacional de la Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (Aneca/Espanha), membro eleito da Academia Brasileira de Ciências (ABC), vice-chair do Forum on Higher Education, Research and Knowledge Regional da UNESCO e membro do Consejo de Administración do Instituto Internacional para a Educação na América Latina e no Caribe (Iesalc/Unesco). Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (1984-1986) e presidente da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes) (2004-2006). Fundador e ex-reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Foi professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autor de vários livros; em 2021 publicou, pela Biblioteca Virtual do CLACSO, a obra *Uma longa viagem pela América Latina: invenção, reprodução e atores das Ciências Sociais*. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2021. v. 1.

REFERÊNCIAS

1. AZEVEDO, Fay de. Mobilidade eleitoral e comportamento político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 11, p. 37-84, 1961.
2. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1984. 4 vols.
3. LAMOUNIER, Bolívar. A Ciência Política no Brasil. Roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UnB, 1982.
4. ECKSTEIN, Harry H. *Division and cohesion in democracy: a study of Norway*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
5. MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo. Ciência Política na UFRGS: formação, evolução e perfil da produção científica. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 3, p. 625-645, 2019. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33468>
6. NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Helgio. *Estatísticas eleitorais comparativas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Assembleia Legislativa do RS, 1995.
7. PINTO, Celi Regina; GUERRERO, Hugo (Orgs.). *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Associação do Grupo Montevideo, 1996.
8. REIS, Fábio Wanderley (Org.). *Os partidos e o regime: a lógica do sistema eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
9. TRINDADE, Helgio. A ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): etapa fundacional e de inserção nacional (1968-1980). In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). *A Ciência Política no Brasil: 1960- 2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
10. TRINDADE, Helgio (Org.). *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980a.
11. TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário rio-grandense (1982-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979a. p. 119-191.
12. TRINDADE, Helgio. Participação político-social ao nível local. *Dados*, n. 8, p. 129-151, 1971a.
13. TRINDADE, Helgio; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do parlamento gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: Corag, 2005.
14. TRINDADE, Helgio; LEITE, Luís Osvaldo. *Leônidas Xausa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
15. XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1981. v. 2, p. 75-91.

Submissão em: 23 nov. 2023

Aceito em: 06 dez. 2023

